

O TERRÍVEL CASO DA FAMÍLIA SCHONHARDT DURANTE A GRIPE ESPANHOLA: DOS JORNIAIS PAULISTANOS AO PARECER MÉDICO LEGAL

LIANE MARIA BERTUCCI *

Introdução

Em 1918, o primeiro caso de gripe espanhola na cidade de São Paulo foi confirmado oficialmente dia 15 de outubro, quando os paulistanos já recebiam notícias da devastação que a doença provocava em diversas localidades brasileiras. A gripe espanhola ou influenza espanhola aportou em terras brasileiras em setembro, com o navio Demerara que, vindo da Europa, ancorou em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Apesar de inspeções, desinfecções e quarentenas a doença se espalhou com rapidez pelo país e, em todo o Brasil, “conselhos ao povo” publicados por autoridades médico-governamentais indicavam medidas que poderiam colaborar para diminuir a difusão da moléstia e atenuar seus sintomas. Entre esses “conselhos” estavam os cuidados higiênicos com o nariz e a garganta (inalações de vaselina mentolada, gargarejos com água e sal, etc), a ingestão de quinino (de 25 a 50 centigramas por dia) e recomendações para que fossem evitadas as causas de fadiga e os resfriamentos (BERTUCCI, 2004: 95-104).

Em São Paulo, localidade que contava com 528.295 moradores (ALVES, 1918: 102), os serviços de assistências aos enfermos ficaram sob a coordenação do doutor Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário do Estado, que dividiu a capital do estado de São Paulo em setores, transformou as cinco Delegacias de Saúde da cidade em Postos de Socorro e, em poucos dias, aprovou a criação de vários outros locais para atendimento aos gripados. O primeiro Hospital Provisório para os “espanholados” (explicitamente destinado aos pobres, desamparados) foi instalado no prédio vago da Hospedaria dos Imigrantes ainda em meados de outubro¹. O número de gripados aumentou rapidamente: dia 16 de outubro eram 29; dia 18 de outubro já eram 179. Dia 21 de outubro o Serviço Sanitário confirmou a primeira morte por influenza espanhola na cidade de São Paulo (BERTUCCI, 2004: 104; 110).

*Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); realizou estágio de Pós-doutorado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

¹ O número de Postos de Socorro cresceu com rapidez desde a confirmação oficial da gripe espanhola na cidade; quanto aos Hospitais Provisórios, o número aumentou de maneira significativa a partir do início de novembro, em meio à campanha para a hospitalização dos enfermos: eram 7 dia 1º novembro e 21 no dia seguinte, confira: Bertucci (2004:126-133; Anexos)

O governo determinou o fechamento de locais públicos (escolas, parques, teatros, cinemas, etc.), impediu reuniões noturnas (para evitar aglomerações e exposição das pessoas a diferenças bruscas de temperatura – dentro e fora dos locais) e proibiu os enterros com acompanhamento a pé. Foram desaconselhados os beijos, abraços e apertos de mão, assim como visitas a parentes ou amigos. Com a cooperação decisiva da Cruz Vermelha Brasileira, da Cúria Metropolitana, da Liga Nacionalista, dos médicos de São Paulo e de docentes e acadêmicos da Faculdade de Medicina e Cirurgia, o Serviço Sanitário do Estado organizou o atendimento aos gripados na cidade de São Paulo, mobilizando serviços e funcionários do governo: da Assistência Policial aos professores públicos. Concomitantemente, desde os primeiros casos confirmados de gripe espanhola, entidades civis e pessoas que não atuavam na área da saúde ou em órgãos dos governos municipal ou estadual ajudaram no combate à epidemia e suas desastrosas consequências: da doação de alimentos e camas para os doentes até a distribuição de sopa aos necessitados e cessão de locais para atendimento aos enfermos (BERTUCCI, 2004).

Mas, apesar dos esforços diversificados, da multiplicação de Postos de Socorro e de Hospitais Provisórios, a quantidade de gripados e de mortos cresceu assustadoramente. Foram 7.786 casos novos de gripe espanhola somente dia 4 de novembro, na mesma data 172 pessoas morreram devido à moléstia (BERTUCCI, 2004: 130)².

Os apelos para que os paulistanos mantivessem a calma, reiterados (como em outras localidades brasileiras) desde os primeiros dias da epidemia, pareciam perder o sentido diante da devastação provocada pela doença (BERTUCCI, 2009a). O medo cresceu assim como as situações trágicas. As notícias eram várias: um vaqueiro, delirando de febre, matou um vizinho a pauladas quando este tentou defender a mulher do delirante – o primeiro alvo do agressor; um menino de nove anos, “espanholado”, sumiu de casa e apareceu boiando nas águas do rio Tietê. Entre essas notícias, diversas eram de suicídio ou de tentativas de acabar com a própria vida, como a da jovem que em “delírio” atirou-se a um poço, mas foi resgatada viva (*Jornal do Commercio*, São Paulo, 1º nov. 1918, p.4; *O Combate*, São Paulo, 16 nov. 1918, p. 3; 26 nov. 1918, p.2).

² Segundo os dados oficiais do Serviço Sanitário do Estado, o número de “espanholados” na cidade de São Paulo durante o período epidêmico foi de, pelo menos, 116.777 pessoas e o total de mortos devido à influenza espanhola somou 5.331 indivíduos (cerca de 1% da população local). Contabilizados separadamente, os mortos por pneumonia gripal somariam 1.192; pneumonia, 273; broncopneumonia gripal, 125 e broncopneumonia, 257. O total de gripados, calculado entre 16 de outubro e 19 de dezembro, foi considerado relativo pelo órgão oficial (MEYER; TEIXEIRA, 1920: 48-49, 53; 57).

Desde o século XVIII, o suicídio até então percebido como um ato contra Deus e contra a sociedade (suas leis e instituições) passou a ser problematizado como uma ação voluntária e, nos anos seguintes, foi cada vez mais associado à doença mental, a loucura. A distinção entre loucura e razão permitiu uma nova interpretação da questão da responsabilidade ou não do sujeito que atentava contra a própria vida e o parecer médico-científico sobre os casos de morte voluntária tornou-se fundamental (LOPES, 2011: 254-259).

Em São Paulo no início do século XX, em tempos de epidemia, os relatos dos jornais relacionavam, repetidamente, os suicídios às desordens mentais motivadas ou desencadeadas pela influenza espanhola. “Delírio da febre” ou “delírio da gripe” eram as expressões mais utilizadas para nomear a situação desses “espanholados” que cometiam atos extremos; palavras assustadoras, mas que também poderiam sugerir um ato provocado por estado doentio passageiro. Entretanto, em dezembro de 1918, manchetes dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Combate* utilizaram outras palavras para anunciar o caso da família Schonhardt (ou Schonardt): “loucura religiosa” e “loucura trágica”.

O caso da família Schonhardt

Os artigos que os paulistanos leram nos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *O Combate*, dias 2 e 3 de dezembro de 1918, relatavam um assassinato com requintes tétricos. Mãe e filho mataram o pai, cuja cabeça foi decepada. A tragédia foi descoberta pela filha do casal, Rosa.

Segundo os jornais, que publicaram versões parecidas, escritas a partir de informe policial, a motivação para o crime seria a mudança de comportamento do pai, Ernest Schonhardt, depois que ele recebeu atendimento no Hospital Provisório do Clube Germânia (também chamado de Hospital Alemão) e voltou para casa. O imigrante da Alemanha, com febre, delirando, teria trocado o protestantismo pelo catolicismo e falava de uma luta entre Deus e o diabo que todos deveriam tomar parte para que o Bem fosse vencedor. Elisa, a mãe, acabou adoecendo de influenza espanhola e chamou o filho Ernesto (ou Ernest, como o pai) para ajudar a cuidar do marido, que parecia cada vez mais transtornado e tentava agredir a mulher. Em pouco tempo, mãe e filho estavam convencidos que o corpo do pai, cuja alma já estaria em outro mundo, era na verdade a encarnação do demônio, como apontavam alguns sinais: um cheiro de enxofre exalava do corpo de Ernest e até as moscas fugiriam dele. Mãe e filho precisavam fazer alguma coisa para livrar a família, e o mundo, de satanás. Desta

constatação à execução do crime foram poucos dias e tudo aconteceu quando, depois de uma luta entre pai e filho, Ernest ficou desacordado, foi asfixiado com uma pedra de amolar e teve a cabeça cortada. Rosa, ao visitar a família, deparou-se com a terrível cena e chamou a polícia. Mãe e filho, alucinados, foram presos (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 dez. 1918, p.3-4; *O Combate*, São Paulo, 3 dez. 1918, p.1).

Como julgar esse crime cuja notícia, nas palavras do doutor Enjolras Vampré, “[...] toda a população de S. Paulo acompanhou com interesse” (VAMPRÉ, 1919: 57) ?

Em janeiro de 1919, o doutor Vampré, ex-médico do Hospital de Alienados do Juquery, futuro professor catedrático da cadeira de Neurologia da Faculdade de Medicina de São Paulo (Luzio *et al*, 2012: 161), e o doutor Raul Frias de Sá Pinto, apresentaram Parecer Médico Legal sobre o caso, respondendo solicitação oficial. Em maio, o texto foi lido em reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da qual Vampré era membro titular, e transcrito no *Boletim* da Sociedade. Em novembro de 1919 o Parecer apresentado na Sociedade foi reproduzido pelos *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, na seção Sociedades Médicas (VAMPRÉ, 1919; *Psychose post-grippal [...]*, 1919).

O Parecer foi redigido em duas partes (não efetivamente delimitadas), a primeira com informes sobre a vida familiar dos Schonhardt, o crime e as considerações dos doutores sobre Ernesto (que sempre denominavam Ernest) e a segunda sobre Elisa. Durante a elaboração do Parecer, mãe e filho estavam confinados no Recolhimento das Perdizes, instituição para doentes mentais. Na redação do texto, os pareceristas seguiram o modelo utilizado nas descrições de casos médicos: dados gerais do(a) envolvido(a) no assassinato, observações efetuadas com base médico-científica e considerações que forjavam hipóteses que resultavam no diagnóstico ou conclusão.

Ernesto, o filho: alemão, branco, solteiro, 19 anos, protestante, residente no bairro de Indianópolis; segundo o Parecer, “narra com precisão, mostrando boa memória, os antecedentes de sua vida”. Relatou seu cotidiano na cidade de Wurttemberg, os motivos que levaram a família a deixar a Alemanha, a viagem e a chegada ao Brasil em 1913 e as condições de seu emprego no Hotel Albion de São Paulo. Nenhum detalhe foi transcrito dessa narrativa feita por Ernesto. Prosseguindo, os pareceristas informam, de maneira um pouco diversa dos jornais, que, segundo Ernesto, ele deixou o emprego para cuidar da família vitimada pela gripe espanhola. O pai e a irmã estavam internados no Hospital Alemão e a mãe, em casa, adoeceu. Ernesto também ficou gripado, mas, conforme escrevem os médicos,

“logo se restabeleceu”. A partir da volta do pai para a casa, o relato dos acontecimentos repete, basicamente, as informações noticiadas pelos jornais (VAMPRÉ, 1919: 57-58; *Psychose post-grippal* [...], 1919: 253-254)³. Mas, o Parecer é um texto médico-científico que evidencia o “discurso competente” da medicina⁴, construído, pouco a pouco, entre pares, a partir de debates, observações e experimentos regulados pelo próprio grupo; portanto “[...] ao mesmo tempo verdadeiro e provisório, de domínio privilegiado e de manipulação restrita [dos doutores]” (BERTUCCI, 2009b: 209).

Para a redação do Parecer, Vampré e Sá Pinto, buscaram informações sobre a estadia de Ernest no Hospital Provisório do Clube Germânia, local que o senhor Schonhardt ficou internado por dez dias sob os cuidados do doutor Walter Habermeld. Este médico relatou aos seus colegas: “durante a sua estadia [Ernest] não manifestou sinal de loucura e agitação, sendo ao contrário um doente calmo e satisfeito”. Os pareceristas, homens de ciência, informados tanto por Ernesto, sobre os delírios do pai, quanto pelo doutor Habermeld, sobre o comportamento de Ernest no Hospital, concluem: “[Ernest] talvez, como protestante que era, impressionado pela presença das irmãs católicas, e de suas cerimônias religiosas, e em período de pouca resistência cerebral, *na convalescença da gripe, com o seu sistema nervoso intoxicado*, começou a ter delírio místico, um sintoma paranóide” (VAMPRÉ, 1919: 57; *Psychose post-grippal* [...], 1919: 253. Grifos meus)⁵.

A tese de intoxicação do sistema nervoso devido algumas doenças infecciosas, entre elas a gripe, e sua relação com perturbações mentais eram amplamente debatidas no início dos Novecentos⁶. A questão foi tema do trabalho “Perturbações mentaes em algumas molestias infectuosas”, de Luiz José Guedes e Waldemar de Almeida (ambos do Hospital Nacional de Alienados, do Rio de Janeiro), apresentado no Primeiro Congresso Médico Paulista, realizado em 1916 (GUEDES; ALMEIDA, 1919: 83-85). Segundo os médicos:

³ O Parecer apresenta outros “sinais” relatados por Ernesto da possessão demoníaca do corpo de seu pai. Os acontecimentos que precederam a morte de Ernest são diferentes dos descritos nos artigos dos jornais: no Parecer, mãe e filho teriam encontrado Ernest nu, deitado no chão, respirando com dificuldade; tentaram abrir sua boca com colheres para “dar saída a satanás”, não tiveram sucesso, depois utilizaram lima de marceneiro, o que fez jorrar sangue, por fim degolaram Ernest com uma faca.

⁴ Como afirma Chauí: “O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância [...]” (CHAUÍ, 1980: 7).

⁵ No texto dos pareceristas não foi mencionado o estado febril de Ernest depois que voltou para a casa. Os jornais teriam exagerado nos relatos que fizeram? Ernesto não teria mencionado tal fato aos médicos? Os doutores teriam olvidado a informação que poderia ser desabonadora para o tratamento hospitalar?

⁶ Nesse período também era discutida a natureza da gripe, tema que ganhou relevância em 1918 devido a epidemia de gripe espanhola. O debate bacilo *versus* vírus motivou pesquisas mundiais, inclusive no Brasil, confira Bertucci (2014).

[...] o sistema nervoso, como um dos mais importantes aparelhos da vida de relação, encontra-se mais especialmente exposto aos elementos provocadores, que, vindos do meio exterior, penetram insidiosamente em sua estrutura íntima, dando margem a síndromes polimorfas, visto a sua extrema e variável topografia. A célula nervosa, como elemento primordial de sua constituição, goza para certos tóxicos de uma verdadeira eletividade biotóxica positiva (GUEDES; ALMEIDA, 1919: 79).

Entre os pesquisadores, nacionais e internacionais, citados por Guedes e Almeida, estava o doutor Antônio Austregésilo, autoridade brasileira em neurologia e psiquiatria (cf. PEREIRA NETO, 2001: 160-162). Durante a gripe espanhola o jornal *O Combate* transcreveu as seguintes considerações do doutor Austregésilo:

Como toda a moléstia infecciosa — e podemos citar o tifo, a febre amarela, etc — a gripe produz casos de loucura, que são, em geral, numerosos [...]. Os casos de loucura de gripe são curáveis, salvo, aqueles cujos indivíduos manifestavam uma grande predisposição para essa psicose. O tratamento não tem nada de importante: é o tratamento vulgar dos loucos facilmente curáveis (O Combate. São Paulo, 29 nov.1918, p.1)⁷.

As palavras do médico esclareciam pouco os leitores do periódico sobre os atos cometidos no “delírio da febre”, mas afirmavam, indiretamente, quem poderia sanar o mal: os médicos, que detinham o saber para tratar “loucos facilmente curáveis” (seria o caso de Ernest?) e detectar psicoses. Foi esse saber que embasou o Parecer Médico Legal dos doutores Vampré e Sá Pinto. Sobre Ernesto e Elisa os médicos escreveram:

A mãe e o filho que igualmente se encontravam em estado de enfraquecimento mental post-infectuoso e principalmente a mãe [...] que está atacada de uma psicose alucinatória intensa, ao em vez de considerarem as modificações intelectuais do chefe da família como o produto de uma moléstia mental, de um delírio, acharam antes que [Ernest] estava praticando todos os atos desordenados sob a influencia do demônio (VAMPRE, 1919: 57; Psicose post-grippal [...], 1919: 253).

⁷ Entre os estudos sobre a relação gripe-distúrbios mentais durante a gripe espanhola, veja os publicados na revista *Archivos Brasileiros de Medicina*. Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919. O artigo “Influenza and neurosyphilis” do doutor Karl A. Menninger, um dos três estudos sobre psicoses associadas à influenza que foram publicados pelo Boston State Hospital, Psychopathic Department, Series of 1919, começava com a frase: “Influenza é há muito reconhecida como um fator desencadeador de doenças mentais” (MENNINGER, 1919: 98).

Diferente das narrativas do *O Estado de S.Paulo* e do *O Combate*, nas quais o delírio febril (do pai) e o fanatismo religioso (tanto do pai, quando da mãe e do filho) teriam concorrido para o desfecho fatal, no Parecer os autores do assassinato, Elisa e Ernesto, realizaram o ato devido “estado de enfraquecimento mental post-infectuoso” que, combinado com a exacerbação de crenças religiosas, desencadeou doenças mentais.

Sobre Elisa, a mãe, o Parecer afirma: alemã, casada, protestante, “[...] apresenta sinais evidentes de acentuada perturbação mental”. Poucas são as considerações seguintes: nos primeiros dias no Recolhimento das Perdizes alucinava, rezava, gritava, não comia ou dormia. Apresentava, segundo os doutores, “[...] ligeira elevação térmica, sem prestar atenção, não respondendo às perguntas, manifestava o quadro clínico de um delírio alucinatório intenso, em período caótico, sem sistematização”. Melhorou com o isolamento e falou que, com Ernesto, matou o demônio que estava no corpo de seu marido; entretanto, “estando ainda muito alucinada não dá indicações precisas de sua vida”. Diagnóstico: “síndrome paranóide alucinatório — a psicose alucinatória — o início provável de uma demência paranóide, de uma parafrenia fantástica” (VAMPRÉ, 1919: 58; *Psychose post-grippal [...]*, 1919: 255).

As considerações sobre Ernesto, escritas por Vampré e Sá Pinto depois que ele fez o relato da história de sua família e dos acontecimentos que resultaram no assassinato de seu pai, começam com as seguintes palavras: “Dotado de pouca inteligência, com fraca associação de ideias, querendo formar um julgamento elevado do sobrenatural [...]”. Os médicos prosseguem: “A incapacidade de elaboração de um conceito razoável sobre a moléstia de seu pai, a fraqueza intelectual, não permitindo as funções de crítica, de reflexão, de juízo, levou-o a aceitar ideias estranhas e a praticar atos condenados” (VAMPRÉ, 1919: 58; *Psychose post-grippal [...]*, 1919: 254).

Foi, segundo os pareceristas, a narração que Ernesto fez de “sua vida simples” que possibilitou a observação de sua insuficiência psíquica e intelectual, ou seja, a narração cujos detalhes são omitidos do texto pelos doutores foi decisiva para a elaboração do diagnóstico/Parecer que fizeram sobre o filho de Ernest e Elisa. Os médicos concluem: Ernesto tem “debilidade mental” que com a intoxicação de seu sistema nervoso pela gripe espanhola, e graças à influência da mãe, tornaram-no “mais brutal e agressivo, mais supersticioso e crédulo”. Para Vampré e Sá Pinto, Ernesto “[...] é um débil mental, com loucura induzida e síndrome paranóide de misticismo e possessão demoníaca. Deixando de

estar sob a influência da mãe, muito provavelmente voltará ao seu estado normal de debilidade psíquica” (VAMPRÉ, 1919: 58; *Psychose post-grippal* [...], 1919: 254-255).

Conclusão do Parecer Médico Legal, datado de 6 de janeiro de 1919: Elisa e Ernesto Schonhardt “[...] padecem de perturbações mentais perfeitamente caracterizadas. Em tais moléstias não existem intervalos lúcidos, no sentido positivo e rigoroso da expressão”. Segundo os doutores, o assassinato de Ernest Schonhardt foi praticado por dois alienados perigosos que não podem ser postos em liberdade, mas devem permanecer internados, em tratamento (VAMPRÉ, 1919: 59; *Psychose post-grippal* [...], 1919: 256).

Como escreveu Maria Clementina Pereira Cunha, no Brasil a psiquiatria no início do século XX, marcada simultaneamente pelo organicismo e a medicina social urbana, “[instaura] saberes e práticas que devem ser capazes de preencher simultaneamente as funções de cura e assistência, de medicalização e exclusão, da prática hospitalar e da “limpeza” da cidade” (CUNHA, 1986: 44) ⁸.

Poucas semanas depois da conclusão do Parecer, notícia sobre o inquérito policial do assassinato de Ernest Schonhardt, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, informa:

O juiz ordenou o arquivamento [do inquérito], em virtude de terem os peritos [doutores Enjolras Vampré e Raul Frias de Sá Pinto] depois de minuciosas observações concluído que Elisa e Ernesto sofrem das faculdades mentais e portanto irresponsáveis; estando ainda internados no Hospício de Juquery, onde se acham em tratamento (O Estado de S. Paulo. São Paulo, 12 abr. 1919, p.4).

Durante a gripe espanhola, em um período que os doutores afirmam a possibilidade de “intoxicação” do sistema nervoso pela gripe e a probabilidade desta doença desencadear enfermidades mentais, os casos de “delírio da febre”, que por vezes resultaram em suicídios e, de maneira mais contundente, o episódio da família Schonhardt, tornam possível a percepção de uma das várias facetas catástroficas da epidemia de 1918 e possibilitam que sejam

⁸ Cunha lembra que, diferentemente da Europa, “no caso brasileiro [o organicismo] inaugura a própria psiquiatria” (1986: 44). Segundo Neves, “[...] embora Pinel faça uma leitura clínica das alienações, um vínculo mais forte com o raciocínio anátomo-clínico viria a se estabelecer apenas quando a psiquiatria passaria a delimitar lesões anátomo-patológicas a partir da descrição da “paralisia geral” por Bayle em 1822. Mas, no transcorrer do século XIX e início do século XX, os limites do corpo psiquiátrico migraram constantemente, na medida em que também gradualmente se instalou um “corpo neurológico”. Enquanto o corpo neurológico é um corpo que se restringe ao doente, o corpo psiquiátrico tem a peculiaridade de não fazer parte apenas do corpo doente, mas também se aplica, ou ainda se amplia a outros territórios situados “fora” do doente” (NEVES, 2012: 30)

vislumbradas histórias de pessoas que, muitas vezes movidas por situações adversas que marcaram suas vidas, imigraram para o Brasil e moravam na cidade de São Paulo quando foram vitimadas pela influenza espanhola ⁹.

Fontes

ALVES, O. R. *Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Altino Arantes presidente do Estado pelo Secretário do Interior*. Ano 1918. Estado sanitário. Anos, população, óbitos, p.102.

Archivos Brasileiros de Medicina. Rio de Janeiro, ano IX, maio 1919.

GUEDES, L. J.; ALMEIDA, W. de. Perturbações mentaes em algumas molestias infectuosas. *Annaes do Primeiro Congresso Medico Paulista*, 1916. Volume V. São Paulo, Secção de Obras d' "O Estado", 1919, p. 79-100.

MENNINGER, K. A., Influenza and neurosyphilis. *Archives of Internal Medicine*, Chicago, v. 24, p. 98-115, 1919.

MEYER, C. L.; TEIXEIRA, J. R. *A gripe epidemica no Brazil e especialmente em São Paulo*. São Paulo: Casa Duprat, 1920.

Psychose post-grippal — (Assassinato) — Parecer Medico-Legal. *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, São Paulo, v. X, n. 11, p.253-256, nov. 1919.

VAMPRÉ, E. O crime de Villa Marianna. *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, São Paulo, 2ª série, v.2, n 3, p.57-59, maio 1919.

Jornais diários

Jornal do Commercio, São Paulo, 1º nov. 1918, p. 4

O Combate, São Paulo, 16 nov. 1918, p. 3

O Combate, São Paulo, 26 nov. 1918, p.2

O Combate, São Paulo, 29 nov.1918, p.1

⁹ Esta comunicação é uma versão pouco modificada do texto *Delírio e morte entre imigrantes nos "amargos dias" de 1918*, apresentado no Seminário Internacional Histórias Migrantes, caminhos cruzados. Departamento de História, Universidade de São Paulo, outubro de 2013.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 dez. 1918, p. 3-4

O Combate, São Paulo, 3 dez. 1918, p.1

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 abr. 1919, p.4

Referências Bibliográficas

BERTUCCI, L. M. A onipresença do medo na influenza de 1918. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n. 42, p.457-475, dez. 2009a.

BERTUCCI, L. M. Bacillus versus vírus: olhares de médicos brasileiros sobre a gripe de 1918. In: SOBRAL, J. M. et al (Orgs). *A pandemia esquecida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009b, p. 197-208.

BERTUCCI, L. M. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BERTUCCI, L. M. Spanish Flu in Brazil: searching for causes during the epidemic horror. In: PORRAS-GALLO, M.I.; DAVIS, R.A. (Orgs). *The Spanish Influenza pandemic of 1918-1919*. Rochester: University of Rochester Press, 2014, p.39-55.

CHAUÍ, M. O discurso competente. In: *Cultura e democracia*, São Paulo: Moderna, 1980, p.3-13.

CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOPES, F. H. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: PRIORI, M. del e AMANTINO, M. (Orgs), *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 251-281.

LUZIO, J. et al. Departamento de Neurologia”. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C (Orgs). *Departamentos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: memórias e histórias*. Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Volume 2. São Paulo: Fundação FMUSP, 2012, p.161-171.

NEVES, A. C. A construção do corpo psiquiátrico. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (Orgs) *História da Psiquiatria*. São Paulo: FMUSP; UFABC; Casa Soluções Editoriais, 2012, p.29-41.

PEREIRA NETO, A. de F. *Ser médico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.